

## **Jornal Nacional e a cobertura do caso Kathlen Romeu: Subjetividade e Equívoco como ferramentas para a diversidade<sup>1</sup>**

Veruska Yasmim Paião ROCHA<sup>2</sup>

Estudante

Gustavo Luiz RIBEIRO<sup>3</sup>

Estudante

Paola Vitoria Ferreira ROSA<sup>4</sup>

Pesquisadora

Iluska Maria da Silva COUTINHO<sup>5</sup>

Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### **Resumo**

Este trabalho tem como proposta entender a cobertura do Jornal Nacional sobre o assassinato de Kathlen Romeu, mulher negra e grávida. Para isso, propomos um trajeto teórico-metodológico que envolve reflexões sobre a natureza das narrativas audiovisuais como suporte para a análise de quatro edições; do dia 08 de junho, dia do crime, a 11 de junho, desfecho final. A Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016) foi o método utilizado, tendo como objetivo a realização de uma investigação mais fiel ao conteúdo audiovisual. Por meio da dramaturgia do Telejornalismo (COUTINHO, 2012) e do conceito de Subjetividade (MORAES, 2019) é questionado até que ponto a objetividade tão cara para o jornalismo hegemônico é diversa. A importância do estudo se ancora sobre o papel do telejornalismo e seu dever social frente aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** História das Mídias Audiovisuais; Dramaturgia do Telejornalismo; Jornalismo de Subjetividade; Representatividade; Diversidade.

### **Introdução**

O jornalismo, enquanto ferramenta social, é resultado, construtor e mantenedor da cultura e da política de seu povo. Isso porque, ao noticiar, narra a história a partir de suas visões e valores, contribuindo para a construção de um imaginário acerca do mundo que retrata. Esses princípios, por sua vez, são influenciados pela sociedade e acompanham as mudanças culturais do tempo. Assim, numa espécie de retroalimentação, jornalismo e povo

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História das Mídias Audiovisuais, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia. Este trabalho é concorrente ao Prêmio José Marques de Melo.

<sup>2</sup> Estudante do curso de Jornalismo da UFJF, bolsista do grupo de pesquisa NJA. e-mail: [yasmimadvir@gmail.com](mailto:yasmimadvir@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante do curso de Jornalismo da UFJF, bolsista do grupo de pesquisa NJA. e-mail: [gustavo777.gp@gmail.com](mailto:gustavo777.gp@gmail.com)

<sup>4</sup> Bacharel em Jornalismo pela UFJF, pesquisadora do grupo de pesquisa Namídia. e-mail: [paola.rosa@ufjf.edu.br](mailto:paola.rosa@ufjf.edu.br)

<sup>5</sup> Orientadora do trabalho. Professora Doutora do Curso de Jornalismo da UFJF. e-mail: [iluska.coutinho@ufjf.br](mailto:iluska.coutinho@ufjf.br)

se influenciam mutuamente, construindo representações da sociedade, do tempo e da memória, ao reportar o que no futuro será lido como história.

Nesse contexto, o presente trabalho busca refletir acerca das narrativas jornalísticas empregadas na cobertura do assassinato de Kathlen Romeu, mulher negra e grávida, no dia 8 de junho de 2021, no Rio de Janeiro, a partir da produção jornalística do Jornal Nacional, o telejornal de maior audiência no Brasil. O objetivo é observar as práticas aplicadas na cobertura jornalística a partir do conceito de jornalismo de subjetividade, de Fabiana Moraes, considerando os marcadores sociais de Kathlen e o histórico do jornalismo na cobertura de mortes de pessoas negras em favelas. Foram analisadas quatro edições do Jornal Nacional, correspondentes aos dias 8, 9, 10 e 11 de junho. A metodologia utilizada foi a Análise da Materialidade Audiovisual, de Iluska Coutinho (2016).

### **Dramaturgia do Telejornalismo e Análise da Materialidade Audiovisual**

Um método para observar a janela para o mundo, elaborado inicialmente como proposta teórica para compreender as lógicas de produção da notícia em TV (COUTINHO, 2012), a dramaturgia do telejornalismo diz respeito não apenas ao modo da organização da notícia em televisão. Ao apresentar o mundo por meio da representação da ação, à qual com frequência soma-se uma lição moral, os noticiários de televisão apresentam também um dever ser no mundo, por meio de tramas que se ancoram em processos sócio-históricos e simbólicos de objetivação e subjetivação, por meio da linguagem.

Assim, ao olhar sobre a estrutura narrativa, sobre as formas como os telejornais enunciam o mundo para além da técnica de redação e edição da notícia, importa perceber nos vídeos exibidos em rede nacional de TV ou acessados via redes sociais a existência de aspectos que implicam promessas, sentidos produzidos e compartilhados.

Nesse sentido, a dramaturgia do telejornalismo se apresenta também como moldura para as interpretações do fazer jornalístico, e os sentidos ali (re)produzidos. Essa abordagem teórico-metodológica constitui-se na reflexão aqui apresentada em um dos eixos de observação e, de forma particular, com ênfase nos personagens apresentados nas notícias sobre Kathlen Romeu exibidas no Jornal Nacional, durante quatro dias – de 08, dia em que a jovem morreu, a 11 de junho, último dia em que o caso da vítima é mencionado pelo JN.

Busca-se compreender, a partir dos diálogos e da colocação em cena, da materialidade audiovisual apresentada, como o JN constrói o conflito entre policiais versus familiares de Kathlen, mas também como enuncia ao fazer isso o lugar e o papel do Jornalismo e dos

jornalistas na estrutura narrativa. E, se a dramaturgia oferece um recorte para a avaliação do telejornalismo, é por meio da análise da materialidade audiovisual que sistematizamos a observação das edições do Jornal Nacional, tomadas como objeto empírico nesse texto.

Desenvolvida no âmbito das pesquisas realizadas no Núcleo de Jornalismo Audiovisual (NJA-UFJF), a Análise da Materialidade Audiovisual como método de investigação busca dar conta da complexidade do produto e experiência audiovisual, considerando os limites de outras abordagens nas quais a dimensão verbal adquire um protagonismo que se distancia do fazer sentir, e perceber os telejornais, entre outros gêneros televisivos. Assim, a análise da materialidade audiovisual parte do composto texto+imagem+edição+tempo; unidade a partir da qual são levantados os dados e realizadas inferências.

É a partir do contato com essa unidade, de produção, experiência e interpretação, que se propõe realizar a “entrevista” do objeto, considerando aqui a dimensão dialógica da abordagem conforme conceituou Cremilda Medina (1986). A aplicação do método envolveria três momentos: 1) Promessas e para-textos (pesquisa documental, bibliográfica, reconhecimento dos eixos); 2) experiência audiovisual e resposta aos eixos; 3) interpretação.

No momento inicial é importante reconhecer as marcas de anúncio apresentadas pelo próprio objeto a ser analisado, em vinhetas e chamadas veiculadas, e ainda por sua inscrição da grade de programação de cada emissora em particular. Como mencionado em um momento anterior, propomos neste artigo entender de que forma o JN contribui para a cobertura e abordagem do caso que envolve a morte de Kathlen. Será que as narrativas construídas sobre a vítima contribuem para reforçar estereótipos racistas, machistas e classicistas? Para repensar questões como essa, vamos utilizar o conceito de Jornalismo de Subjetividade, proposto por Moraes(2009) como ferramenta para a construção de um jornalismo mais íntegro e integral.

### **Jornalismo de Subjetividade como Possibilidade para uma Cobertura mais Diversa**

Fabiana Moraes (2019) observa que o jornalismo foi criado, desenvolvido e reproduzido em uma sociedade desigual, atravessado por questões de raça, de gênero e de classe. Como consequência, a prática jornalística se desenvolveu de forma a contribuir para a manutenção desses fenômenos, ao utilizar “o manto da objetividade, neutralidade e isenção, esse campo do conhecimento se notabilizou como lugar da verdade, da mediação confiável”. Moraes e Silva (2019) observam, no entanto, que essa objetividade almejada não é capaz de

tratar plenamente essas questões, tornando necessário uma revisão de alguns dos limites desse princípio jornalístico.

Os pressupostos iluministas acabam por restringir a inteligibilidade dos sujeitos e experiências humanas diversas do “Homem universal” em pleno século XXI. Seguem informando as normas de produção dominantes do conhecimento do jornalismo, se observarmos ambos em paridade. (MORAES, SILVA, 2019, p. 6)

Esse fenômeno acaba por fazer manutenção dos pressupostos e preconceitos presentes na sociedade, reforçando a ordenação da sociedade da forma como já se encontra. Por meio de estudos decoloniais e feministas, os autores concluem que a reprodução das ideologias no jornalismo se dá por meio de uma racionalidade colonizadora limitante, como é o caso do machismo e do racismo.

Refletindo em analogia sobre os impactos dos pressupostos moderno-iluministas, tanto na Ciência quanto no Jornalismo, percebe-se que estas ideologias para a produção do conhecimento são permeadas de valores políticos, econômicos e culturais hegemônicos legitimados pelo paradigma moderno e resultam na manutenção do status quo em ambas as instâncias. (MORAES, SILVA, 2019, p. 6)

Fabiana Moraes (2019) propõe, então, o jornalismo de subjetividade como caminho para um jornalismo mais íntegro e integral, ao subverter critérios da noticiabilidade e ampliar espaço para novas representações sem recusar a apuração profunda e a checagem de dados.

A subjetividade a qual nos referimos nesse jornalismo que busca ser mais integral se situa em critérios também objetivos: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular. (MORAES, 2019, p. 209)

Tal abordagem visa subverter a condição de pensamento que incide dos valores-notícia, contribuindo para o processo de desumanização de parcelas expressivas da população, às colocando às margens do jornalismo e, conseqüentemente, das sociedades em que se inserem.

### **Diversidade, Audiovisual e Impressões**

De acordo com Coutinho, Linhalis, Mata (2020), o poder fiscalizador atribuído aos jornalistas se materializa sobretudo na televisão, mídia cuja centralidade foi confirmada na última pesquisa sobre hábitos de consumo de informação realizada pelo governo federal (Pesquisa de Mídia Brasileira, 2016).

Conclui-se, portanto, que o telejornalismo brasileiro ocupa um papel central na comunicação dos vários povos que habitam o território nacional. Vale ainda destacar que o próprio telejornalismo é um dos agentes principais no direito de quarta geração (direito que garante acesso a outros direitos). Todavia, o comunicólogo Muniz Sodré adverte, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo<sup>6</sup>, que um jornalismo sem povo é um dos fatores que leva à incivilidade social. Isso significa que, ao produzir notícias, a jornalista deve priorizar o interesse público, em contramão à atual produção de notícias em massa. Para isso, é necessário ter em mente quem são esses públicos-alvo de seu trabalho.

Sabe-se que o povo brasileiro é formado por, pelo menos, três grandes matrizes culturais: a africana, a indígena e a europeia. Considerando-se essa heterogeneidade, faz-se necessário um jornalismo capaz de alcançar as subjetividades desses povos, e seus diferentes interesses enquanto seres sociais em um Estado Democrático de Direito. Para isso, técnicas jornalísticas, como a objetividade, podem ser observadas e aprimoradas, de acordo com as necessidades do jornalismo brasileiro.

Tamanha diversidade - mesmo que assimétrica nos aspectos da valorização e da hegemonia - sugere que a comunicação nacional é atravessada por perspectivas distintas. Desta forma o conceito de Comunicação pelo Equívoco de Evandro Medeiros parece dar conta de pensar parte desse fenômeno:

Propus então encarar o Perspectivismo como uma Teoria da Comunicação, a Comunicação pelo Equívoco, o que, de certa forma, já havia sido apontado pelo próprio Viveiros de Castro. Esta seria uma comunicação na qual a diferença não é reduzida à identidade, ou seja, uma ontologia plana que respeite os modos diversos e por vezes intraduzíveis de existência, e ao mesmo, tempo, em rede, já que a entrada, saída ou movimento de um ator transforma toda a configuração deste ambiente sociotécnico. A comunicação pelo equívoco não é a comunicação por repertório: aqui é o que se diferencia que comunica, e não o que tem identidade, o que cria repertório. (MEDEIROS, 2019)

O autor aponta que o conceito de Comunicação pelo Equívoco não é um sinônimo de “falha” ou “erro”. O conceito se refere a um local onde o repertório em comum não é o pilar para que haja a comunicação, mas que essa só é possível através das diferenças.

Desta forma, o equívoco é a noção que dá sentido às comunicações de diferentes. E é possível criar um diálogo com esse conceito, a partir do momento em que consideramos o

---

<sup>6</sup>fonte:<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/governo-bolsonaro-exerce-a-necropolitica-e-brasil-e-o-mundo-vivem-um-desastre.shtml>; acesso 20/06/2021

jornalismo brasileiro como historicamente ligado a branquidades e branquitudes. Assim, o jornalismo audiovisual do Jornal Nacional, embora abrangente nos lares, não é capaz de dar conta de toda uma pluralidade de demandas étnicas presentes em um país de proporções continentais. Esse fenômeno não é observável apenas no (tele)jornalismo. Embora haja profissionais de outras etnias acessando espaços dos jornais ligados à grande mídia, a falta de diversidade e pluralidade ainda tem sido recorrente entre esses veículos.

Com essas considerações, este artigo propõe apontar para algumas das soluções que grupos majoritários como pessoas pretas e mulheres (56,1% e 51,8% segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD de 2019) no Brasil criam para superar sub representações - de forma temporária e efêmera - nesse contexto. A equipe que assina a autoria desse trabalho tangencia esses marcadores sociais parcialmente ou em sua totalidade. Desta forma colocamos nossas impressões sobre essa questão, mas ao mesmo tempo, ressaltamos que não é nossa intenção universalizar nossa visão e nem tampouco individualizá-las apenas a esse grupo citado anteriormente. Nos justificamos, e propomos uma outra visão considerando o seguinte pensamento:

Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 169).

Sendo a Oralidade uma marca que atravessa qualquer sociedade, inclusive a brasileira, como afirma Alfredo Vizeu:

A publicização de fatos e acontecimentos contribui, de alguma forma, para adequação, conformação e transformação do mundo por homens e mulheres. Esse processo passa, em uma sociedade marcada pela oralidade, como a brasileira, também pela informação que construímos, e acessamos na tela da televisão. (VIZEU, 2020 p. 9)

Entendemos que a ideia de evitar “separações bem definidas” pode ser um equívoco<sup>7</sup> utilizado propositalmente para demonstrar que - do lugar que ocupamos - transpomos diferentes meios e suas mensagens, embora singulares, para formar um pensamento de mundo mais abrangente possível. Essa estratégia é um mecanismo capaz de gerar uma “solidez” a partir de diferentes notícias sobre um mesmo fato, considerando a diversidade de formato, uma vez que a diversidade de etnias e gêneros ainda não nos é satisfatória.

---

<sup>7</sup>Fonte: <http://plataformacidadaniadigital.com.br/storage/documents/30/KxgTlufLhHxeMOoHoMUelW3jxCWfNjgVhNjeNgyS.pdf> nessa parte a palavra é usada propositalmente para recuperar o sentido de equívoco de Evandro Medeiros. Acesso: 20/06/2021

## O que esperar do telejornal mais longevo da TV brasileira

Telejornal de maior audiência no Brasil, o Jornal Nacional é exibido em rede nacional entre duas telenovelas, a cobertura do Jornal Nacional tem um forte caráter factual, e se concretiza por meio da exibição de reportagens em externa produzidas pelas praças da própria TV Globo e por suas emissoras afiliadas. É o principal meio pelo qual a maior parte da população brasileira acessa o mundo e aprende sobre ele, como sugere Laerte Cerqueira (2018), ao atribuir uma função pedagógica ao jornalismo.

É a partir desse lugar de referência do Jornal Nacional que propomos entender os papéis que cabem ao Jornalismo em casos como de Kathlen, a partir de três momentos: dia do assassinato de Kathlen Romeu e bebê, dia do enterro de Kathlen Romeu, investigações e desfecho (?) do caso. A partir do método da análise da materialidade audiovisual buscamos compreender os sentidos produzidos sobre a personagem Kathlen, que era negra e estava grávida, os familiares, policiais e o jornalismo. As narrativas que são colocadas em cena foram divididas em três atos, cujos resultados apresentamos a seguir.

### **1º Ato: 08 de Junho - Dia da Morte de Kathlen e Ausência de Cobertura**

Uma mulher grávida, 25, foi baleada no início da tarde do dia 8 de junho, na zona norte do Rio de Janeiro. Kathlen de Oliveira Romeu, negra designer, vendedora, visitava a avó na comunidade do Lins, quando foi atingida por uma bala. A jovem e o bebê que gestava há 14 semanas morreram logo em seguida.

Embora desde as 14h já houvesse notícias a respeito da morte de Kathlen em mídias digitais e redes sociais, a Folha de S.Paulo, por exemplo, só noticiou o ocorrido às 20h06. Uma das expectativas deste trabalho era analisar como o Jornal Nacional realizou a cobertura do caso no dia, baseado na promessa do veículo de ser “(...) uma forma de apreensão da realidade. Em resumo, primeiro conhecimento sobre um fato ou pessoas<sup>8</sup>”. No entanto, não houve citação direta ou indireta do caso na edição do dia 8<sup>9</sup>.

É válido ressaltar que a edição teve uma duração de apenas 29 minutos, na grade de programação da emissora estava prevista a transmissão do jogo entre a Seleção Brasileira de futebol e a Seleção Paraguaia, pelas Eliminatórias da Copa do Mundo. Mesmo considerando

---

<sup>8</sup> Princípios editoriais do Grupo Globo: <https://pipelinevalor.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo/>; acesso em 20 de junho de 2021.

<sup>9</sup> Globoplay: <https://globoplay.globo.com/v/9586267/programa/?s=0s>; acesso em 20 de junho de 2021.

a limitação temporal da edição da noite, chama a atenção que o ocorrido não tenha sido noticiado, nem mesmo como nota.

Entre os fatos noticiados no primeiro bloco, foi apresentada uma nota coberta a respeito da agressão sofrida pelo presidente francês, Emmanuel Macron, na tarde daquele dia. Tratava-se, porém, de um tapa na cara<sup>10</sup>, interrompido imediatamente pelos seguranças. O grau da lesão física se assemelha ao caso da bolinha de José Serra, em 2010<sup>11</sup>. William Bonner reproduz a fala oficial do governo francês, classificando o ato como um atentado à democracia no país. O que nos leva a pensar: como seria classificado, então, a morte de uma jovem negra grávida alvejada à luz do dia, no país de origem do Jornal Nacional?

Outro ponto a ser observado é que no segundo bloco foi exibida uma reportagem de 10 minutos sobre o depoimento de Marcelo Queiroga na CPI da Covid-19. Isso significa que o jornal reservou apenas 19 minutos para todas as outras matérias de editoria diversas, como política, polícia, esporte, economia, meio ambiente, mundo e a própria editoria de Covid-19. Ao se considerar as rotinas produtivas do telejornalismo, é possível inferir que o caso de Kathlen Romeu, embora tenha acontecido no início da tarde, ou 1) Não foi checado a tempo; 2) Foi inserida no espelho do telejornal, mas caiu devido à duração da edição; 3) Não foi considerada relevante para a linha editorial da edição, mesmo atendendo um dos maiores critérios de noticiabilidade do jornalismo, que é a morte.

No caso da última alternativa, vale ressaltar que a cada 23 segundos uma pessoa negra morre no Brasil, de acordo com dados da campanha Vidas Negras, lançada pela ONU Brasil, em 2017<sup>12</sup>. Além disso, dados da plataforma colaborativa Fogo Cruzado<sup>13</sup> apontam que, só na região metropolitana do Rio de Janeiro, 15 mulheres grávidas foram baleadas desde 2017. Desse total, oito mulheres morreram, sendo Kathlen a 8ª. Essa banalização da violência contra corpos negros é reforçada e naturalizada quando o jornalismo omite informações como essa, no momento histórico em que ocorrem.

## **2º Ato: 09 de Junho - Dia do Enterro de Kathlen Romeu**

---

<sup>10</sup> Vídeo: <https://globoplay.globo.com/v/9586142/>; acesso em 20 de junho de 2021.

<sup>11</sup> Referência: <https://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/caso-da-bolinha-de-papel/>; acesso em 20 de junho de 2021.

<sup>12</sup> Fonte: <http://vidasnegras.nacoesunidas.org/>; acesso em 20 de junho de 2021.

<sup>13</sup> Fonte: <https://fogocruzado.org.br/maternidade-no-alvo/>; acesso em 20 de junho de 2021.

Embora o JN não tenha anunciado o caso de Kathlen na escalada, o enterro da jovem compõe o cenário do primeiro VT do telejornal<sup>14</sup>, com duração de 2 minutos. A jornalista Renata Vasconcellos apresenta a cabeça da matéria, enquanto a narração e a passagem da reportagem são feitas por Lilia Teles, ambas mulheres brancas. As fontes entrevistadas são todas negras: pai de Kathlen o porta-voz da PM, Major Ivan Blaz, a mãe e a avó de Kathlen, nesta respectiva ordem.

O conflito é dado entre as versões da família e da Polícia Militar. A primeira, afirma que não houve confronto policial, e que agentes da PM atiraram de forma irresponsável. Do outro lado, o Major defende que os policiais estavam sendo atacados e se defendiam de criminosos. A disputa narrativa apresentada pelo JN acontece estritamente entre essas personagens negras, mediada pela jornalista branca. Assim, o sentido (re)produzido é de distanciamento dessa agente, e do que ela representa - a nível histórico e racial -, dentro da edição.

Essa representação define o debate iniciado pelo movimento “Black Lives Matter” como responsabilidade exclusiva das pessoas negras, e como interesse das pessoas brancas, que observam à distância o resultado dessas questões. Essa visão é ilustrada pelo trecho da reportagem que mostra, ao fundo da passagem, imagens de protestantes bradando “vidas negras importam! Kathlen, presente!”. Destaca-se que a única vez que o vocábulo “negro” é mencionado na reportagem é por meio dos protestantes. Isso pode ser interpretado de duas formas: 1) Ao optar por deixar a abordagem racial exclusiva às imagens do protesto, a edição busca aproximar diferentes públicos ao debate; 2) Ao optar por deixar a abordagem racial exclusiva às imagens do protesto, a edição corrobora para a manutenção do racismo estrutural presente no nosso país.

Vale observar que o jornal não cumpre sua promessa de oferecer as primeiras impressões sobre o mundo, uma vez que a morte de Kathlen, suas circunstâncias e até mesmo informações sobre quem ela é não foram apresentadas previamente ao espectador do telejornal no dia do ocorrido (8 de junho), sendo apresentadas de supetão, junto com as informações sobre o enterro. Frente a isso, destacamos a estratégia de acesso a múltiplas fontes de notícia para uma compreensão do mundo mais plural e completa, aproximando o

---

<sup>14</sup> Fonte: <http://vidasnegras.nacoesunidas.org/>; acesso em 20 de junho de 2021.

público sub-representado de uma multiplicidade pelos formatos e veículos, uma vez que as grandes mídias ainda não priorizam a diversidade entre os profissionais da redação.

O primeiro bloco segue com Willian Bonner pegando gancho na notícia: “também no Rio de Janeiro...”, para iniciar a cabeça do VT seguinte, sobre o marco de um ano do caso de João Pedro, jovem negro de 14 anos, assassinado em 2020, dentro de casa, em meio à pandemia. A narração e a passagem são feitas por Helter Duarte, homem branco, que entrevista uma fonte negra: o pai de João Pedro. A matéria tem duração de 1 minuto e 20 segundos, e também não evidencia verbalmente o marcador racial da vítima. Em seguida, é apresentada uma reportagem a respeito da retomada do inquérito sobre o massacre do Carandiru. Renata Vasconcellos faz a chamada da reportagem de Renata Ribeiro, jornalista branca, com duração de 1 minuto e 20 segundos. Destaca-se que, em nenhuma das matérias, há o uso de marcadores sociais, como o de raça para se referir aos encarcerados ou mesmo a força policial. O bloco segue na editoria de polícia, mas com outras angulações.

A edição conta, ainda, com uma nota coberta de 40 segundos sobre a declaração racista do presidente da Argentina, Alberto Fernández, a respeito da origem do México, Brasil e da própria Argentina, além de outra nota coberta sobre a denúncia do Ministério Público Federal contra assessor de assuntos especiais da presidência, Felipe Martins, por reproduzir com as mãos sinal de supremacia branca. Ambas no segundo bloco.

### **3º Ato: 10 e 11 de Junho - Investigações sobre a Morte de Kathlen e Afastamento das Ruas dos Policiais**

O último ato em análise é marcado pelas edições dos dias 10 e 11 de junho. Nesses dias, os temas principais são as investigações que o Ministério Público do Rio abriu sobre a morte de Kathlen e o afastamento da rua dos policiais envolvidos na ação. No terceiro dia de cobertura do caso, 10 de junho, três blocos compõem uma hora de jornal.<sup>15</sup> O primeiro se resume em Covid-19, o segundo em Polícia/Justiça e Política e o terceiro é marcado por Esporte. Kathlen é manchete, tanto na escalada de abertura, como na chamada do primeiro bloco para o segundo; afinal, morte é um dos valores notícia caros ao Jornalismo. A história é apresentada em um VT de 3 minutos e é a penúltima notícia do segundo bloco. Em momento algum os marcadores raciais de Kathlen, uma mulher negra, é mencionado verbalmente pelos jornalistas, embora as imagens mostrem a jovem e seus familiares.

---

<sup>15</sup> Globoplay; <https://globoplay.globo.com/v/9593499/programa/?s=0s>; acesso em 20 de junho de 2021.

A expectativa do conflito narrativo é anunciada por Renata Vasconcellos que, a partir dos princípios de objetividade, isenção e neutralidade, formula um lead sucinto. Kathlen é caracterizada como uma designer grávida que foi baleada numa comunidade e, agora, seu caso está sendo investigado pela polícia para verificar se houve crime militar ou não. Durante o VT, o JN recorre a documentos com depoimentos policiais (fontes secundárias), que alegam que a morte é consequência de um confronto entre os agentes e traficantes. Mesmo usando o verbo “admitiu” para se referir à confissão do policial que efetuou os disparos, é ressaltado a alegação de que os tiros foram dados em legítima defesa dos policiais. Mesmo que a declaração reproduzida não seja do JN, mas dos policiais, questionamos até que ponto o jornalismo – apenas pautado pela objetividade - não estaria contribuindo para legitimar ou (re)produzir narrativas de mortes que provém de conflitos com traficantes.

Em seguida, são apresentadas as contestações da mãe da jovem, Jaqueline Oliveira, e da avó Saynora Fátima (fontes primárias). Enquanto o depoimento da mãe expõe o despreparo da polícia, o relato da avó denuncia o descaso policial com o corpo da vítima, que teve socorro negligenciado num primeiro momento. As declarações das fontes vão de encontro à versão anterior da polícia. Em trechos curtos, as duas falas evidenciam um problema social antigo: a chacina de corpos periféricos que, na maioria das vezes, é normalizada pelo jornalismo.

O repórter Paulo Renato Soares assume a posição de fiscal e expert, disposto a descobrir os culpados e desmascarar tramas, revelando estratégias do possível vilão Polícia contra a vítima Kathlen. Como observa a dramaturgia, a reportagem mostra os dois lados do conflito e anuncia um possível desfecho do caso que, segundo as investigações, é quase provável não ter solução, uma vez que a bala não ficou alojada no corpo de Kathlen. Tal fato dificultaria a perícia a chegar a uma conclusão do homicídio.

É apresentada uma nota de lamentação do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que – de acordo com o JN – se manteve em silêncio em relação à polícia e à política de segurança pública. Em seguida, é exibida uma declaração do ministro do STF, Gilmar Mendes, publicada numa rede social, que reforça o problema político das operações policiais, que banalizam a morte de inocentes. O VT termina com o desabafo do então namorado de Kathlen, pai do bebê que ela esperava. Ele culpa o Estado e a polícia despreparada. A narrativa termina com uma nota pé do JN, com a versão da Polícia Militar de que, no momento em que a jovem foi baleada, não havia operação policial. A informação contradiz

a versão do cabo Marcos Felipe Salviano, apresentada no início do VT, que alega que a equipe de policiais fazia ronda quando encontrou criminosos armados num ponto de vendas de drogas. Um deles estaria com fuzil, e todos fugiram atirando”. Esse jogo de versões entre a própria PM, destacado no final do jornal, pode sinalizar quem o JN entende como vítima. Explicaremos melhor essa hipótese ao longo do texto.

O dia 11 de junho é o último capítulo exibido da história. Apesar de ser manchete, o conflito entre a família de Kathlen e PM ganhou apenas 2 minutos, em uma hora de jornal<sup>16</sup>. Entra como a última notícia do primeiro bloco, caracterizado por um misto de editoriais. A história é retomada, neste dia, pela apresentadora Ana Luiza Guimarães. Ela informa que parentes de Kathlen culpam a polícia pela morte da vítima e do seu bebê, ainda em gestão. Logo em seguida, é rodado um VT que, diferente do habitual, começa sem off. Ele é aberto com o desabafo da mãe, que reivindica justiça. O repórter contextualiza o fato e informa sobre a decisão da PM do Rio em afastar das ruas policiais envolvidos na ação que terminou com a morte da jovem. Resgata as dificuldades de apurar o caso e explica que a OAB defende que seja realizada uma reprodução simulada do momento para ajudar a esclarecer a história. O terceiro ato se encerra com o desabafo do namorado e pai da criança que reivindica justiça. Não há nota pé.

Em síntese, percebemos que, no conflito entre familiares de Kathlen e a Polícia, no dia 10 de junho, foram ouvidas três fontes primárias, que narram “sobre o mundo” (mãe, avó e namorado) e três fontes secundárias, que falam “acerca do mundo”, especialistas: sendo um depoimento por escrito da PM e duas reproduções de declaração de autoridades políticas, de forma indireta.

No dia 11 junho, são entrevistadas duas fontes “sobre o mundo” (mãe e namorado) e duas “acerca do mundo” (PM e OAB), intermediadas pelo repórter. Podemos inferir que, por meio da seleção das fontes, há uma intencionalidade em apresentar uma diversidade de posições, que pode não ter sido suficiente. Isso porque essa estratégia foi executada com base no jornalismo de objetividade, o qual Moraes (2019, p.6) questiona: “Ouvir ‘os dois lados’ ou ‘vários lados’ basta? Essa prática significaria uma escuta mais integral da sociedade? Quem são os agentes ouvidos e como eles se posicionam e são vistos socialmente? Sem que esse critério, de saída, seja repensado, o esforço parece ser limitado”.

---

<sup>16</sup> Globoplay; <https://globoplay.globo.com/v/9597275/programa/?s=0s>; acesso em 20 de junho de 2021.

A diferenciação de fontes “sobre o mundo” e “acerca do mundo” foi, então, uma tentativa de analisar a credibilidade e o valor aferidos a cada uma dessas fontes. Aqueles que falam, na reportagem, “sobre o mundo” são legitimados por suas vivências, suas subjetividades, neste caso, por serem familiares da mulher assassinada. Já aqueles que falam “acerca do mundo” são os especialistas, cunhados de autoridade titular, acadêmica, e ocupacional, suas objetividades. Com isso, observa-se que a diversidade da cobertura se dá em entrevistar indivíduos negros apenas com relação àquilo que não têm escolha: a morte de um ente querido. Já a opção por fontes oficiais reafirma o lugar de privilégio do homem branco, suas visões de mundo e reafirma a autoridade social de que desfruta.

Moraes afirma: “Não é possível continuar empregando molduras anacrônicas para dar conta de uma sociedade que também se repensa. Há algo de muito errado em uma prática jornalística que não absorve os movimentos a sua volta em nome de uma ‘isenção’.” (MORAES, 2019, p.14). Aqui, cabe a nós questionar se os familiares de Kathlen foram ouvidos para um melhor entendimento do tema ou se foram ouvidos como fontes apenas pelo apelo do caso e de seu valor-notícia - inerentes à rotina produtiva do Jornalismo.

De acordo com isso, a narrativa do JN sobre o caso é, de fato, reduzida. Voltando ao dia 10, o que nos chama atenção é a nota pé que encerra a narrativa. Segundo Coutinho (2012), mais que um recurso técnico para estruturar e organizar as notícias, esse formato seria uma estratégia da emissora para dar a palavra final. Entendemos que, por mais que o ideal do JN seja se manter neutro, calcado na perspectiva de um jornalismo declaratório que assume a posição de mediador, a escolha por encerrar a notícia com o marido de Kathlen para logo, em seguida, sinalizar a contradição entre o depoimento dos policiais e o esclarecimento da PM pode sinalizar uma possível predileção pela versão da família.

Já no dia 11, apesar das escolhas de linguagem, de fontes (mãe/namorado) e da ordem em que são colocadas – no início e no fim – o JN ainda fica limitado pelos princípios da objetividade jornalística. O lead anuncia que parentes de Kathlen responsabilizam os policiais pela morte dela e de seu filho, ainda em gestação. O VT utiliza, ainda, a palavra “dor” para caracterizar o sentimento da família. No entanto, a narrativa, em sua íntegra, se constitui pela contradição de versões dos atores envolvidos no conflito família versus policiais.

A conclusão narrativa evoca uma lição de moral, explicitando um juízo de valor sobre a impunidade da morte de Kathlen. No entanto, ao deixar de considerar marcadores como os de raça e de gênero, a cobertura se mostra limitada, ao não conseguir contextualizar e

evidenciar a violência que a população negra sofre diariamente, especificamente as mulheres, como nesse caso. Acreditamos, como Moraes (2019), que demarcar os lugares dos jornalistas envolvidos no caso – todos brancos – assim como as vítimas, todas negras, é uma estratégia inicial, que deve se somar a outros caminhos do jornalismo de subjetividade, complementando a objetividade do jornalismo.

### **A Necessidade de se Repensar o (Tele)Jornalismo - Conclusão**

Encerrados os atos midiáticos, é interessante perceber as trajetórias construídas de cada uma das personagens colocadas em cena. Nesse sentido, por meio da dramaturgia do telejornalismo, o presente trabalho analisou quatro edições do Jornal Nacional a fim de verificar marcas históricas presentes na materialidade do telejornal a partir do caso de Kathlen Romeu. As análises realizadas pelas autoras, através da Análise da Materialidade Audiovisual, discorrem sobre os sentidos históricos (re)produzidos diante dessa factual.

É com pesar que reconhecemos que o caso de Kathlen não é um fenômeno isolado. Embora o contexto do racismo estrutural tenha banalizado uma questão que jamais deveria ter sido naturalizada, foi possível observar como foram as primeiras impressões narrativas (re)produzidas pelo maior telejornal nacional, a respeito do assassinato de uma jovem negra que gestava uma criança há apenas 14 semanas. O presente trabalho observou que, partindo do uso de técnicas relacionadas a princípios jornalísticos, como o da objetividade, o telejornal lançou mão de um jornalismo declaratório, produzido majoritariamente por jornalistas brancos, colocados como mediadores entre a família da jovem, negra, e agentes da polícia.

Embora não sejamos capazes de evitar a perda das vidas negras que perecem diariamente, buscamos analisar a cobertura da morte de Kathlen a partir das subjetividades envolvidas no caso, apontando para possíveis abordagens mais comprometidas com a diversidade e a individualidade dos sujeitos de quem e para quem o jornalismo fala. Assim, propomos o Jornalismo de Subjetividade, de Fabiana Moraes, como uma possível ferramenta a ser incluída na cobertura de casos como estes. A ideia é aprimorar a prática do jornalismo considerando a diversidade de diferentes sujeitos, que narram e são narrados entre telas.

Essa ferramenta surge a partir do entendimento de que o equívoco não é uma falha, mas um campo de sentidos que precipita das interações entre interlocutores que habitam mundos, ontologias e culturas distintas entre si (MEDEIROS, 2019). Ora, se por meio do equívoco e da subjetividade é possível refletir sobre como abordar as diferenças, pensamos

que esse diálogo teórico pode se apresentar e somar com a dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012) como possível solucionador de enigmas presentes na rotina de produção do (tele)jornalismo, como observado no segundo ato deste texto. Isso contribui para a democratização da informação, pois tem a capacidade de orientar profissionais de jornalismo na função de contar histórias representativas de sujeitos que reivindicam o acesso à informação, sobre o racismo estrutural e necropolítica, para garantir o direito de viver à pessoas negras.

Além disso, destacamos a necessidade de redações mais inclusivas e diversas, que contem com atores negros, indígenas, LGBTQIA+, PCDs, e tantas outras pluralidades que existirem e desejarem contribuir para a construção de mundo e da história do Brasil, por meio do jornalismo. Ressaltamos que este trabalho foi escrito por duas mulheres, uma negra e uma branca, e um homem negro, sob orientação de uma mulher branca. O jornalismo que nos representará é aquele capaz de escutar, entender e retratar pessoas como nós.

## REFERÊNCIAS

BÂ, A. Hampaté. Tradição Viva. In: KI-ZERBO, J. (ed.). **HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 8. p. 167-212. (História Geral Da África). Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixehistoria-da-africa-volume-um.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo: a estrutura narrativa das notícias em rede e em emissoras de TV regionais**. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2012.

COUTINHO, Iluska; PEREIRA, G. T. F. (Org.). **Vídeo Sapiens: Jornalismo, Audiovisual e Direitos Humanos**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2020. v. 1. 328p .

**Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2018.

MEDEIROS, Evandro. **Comunicação pelo Equívoco: anotações para uma teoria plana e em rede**. In: PRADO, Jan Alyne Barbosa; SATUF, Ivan (org.). **Comunicação em ambiente digital**. Covilhã: Editora Labcom.If, 2019. Cap. 7. p. 131-148. Disponível em: [http://labcom.ubi.pt/ficheiros/201906241348-2019\\_prado\\_satuf\\_comunicacao\\_ambiente\\_digital.pdf](http://labcom.ubi.pt/ficheiros/201906241348-2019_prado_satuf_comunicacao_ambiente_digital.pdf). Acesso em: 20 jun. 2021.

MORAES, Fabiana; VEIGA, Marcia. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 11 a 14 de junho de 2019. Anais [...]. Brasília: Compós, 2019.

MORAES, Fabiana. **Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral**. São Paulo: Extraprensa, v. 12, n. 2, p. 204 – 219, jan./jun. 2019.